



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**Processo n.º:** 15.600/19-e

**Jurisdicionada:** Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF

**Assunto:** Aposentadoria

**Ato n.º:** 014177-4

**Ementa:** Aposentadoria do servidor Wilson Ivo José, matrícula n.º 27.612-X, no cargo de Agente de Polícia, Classe Especial, nos termos do art. 40, §§3º e 4º, da CRFB, com redação da EC n.º 20/98, c/c os arts. 1º, inciso II, a, da LC n.º 51/85, e 3º e 7º da EC n.º 41/03, conforme ato publicado no DODF de 06.01.15, de acordo com extrato do Sirac juntado aos autos. Servidor demitido em 30.11.92 e reintegrado à PCDF em 04.09.05. Decisão nº 2.733/19. Conhecimento da reintegração do servidor e diligência à PCDF. Decisão nº 1.445/20. Cumprimento da diligência determinada e ilegalidade da concessão. Decisão nº 2.400/20. Conhecimento dos embargos declaratórios e rejeição dos mesmos. Decisão nº 2.816/20. Conhecimento do pedido de reexame interposto pelo servidor contra a Decisão nº 1.445/20. **Nesta fase:** análise de mérito do recurso. **Núcleo de Recursos** sugere o provimento do recurso. **Ministério Público** aquiesce. **Voto convergente, com adendo, para utilização também do precedente da recente Decisão nº 5.397/20, proferida no Processo nº 9.117/18.**

## **RELATÓRIO**

Tratam os autos da aposentadoria do servidor Wilson Ivo José, matrícula n.º 27.612-X, no cargo de Agente de Polícia, Classe Especial, nos termos do art. 40, §§3º e 4º, da CRFB, com redação da EC n.º 20/98, c/c os arts. 1º, inciso II, a, da LC n.º 51/85, e 3º e 7º da EC n.º 41/03, conforme ato publicado no DODF de 06.01.15.

O nominado servidor foi demitido em 30.11.92, ato esse tornado sem efeito em 26.08.05, com posterior reintegração em 04.09.05.

Em fase anterior, verificou-se que o tempo decorrido entre a demissão e a reintegração – 30.11.92 a 04.09.05 – foi computado pela jurisdicionada para todos os efeitos (incluindo adicional por tempo de serviço e tempo de atividade estritamente policial), contrariamente ao decidido no Processo n.º 9.487/09 (Decisão n.º 6.124/14), oportunidade em que o Tribunal determinou à PCDF:

*“(...) 2) cientificar o interessado de que, conforme entendimento deste Tribunal consubstanciado no subitem “IV.b” da Decisão nº 6124/2014, o período em que o servidor esteve afastado, compreendido entre a demissão e a respectiva reintegração, não poderá ser computado como tempo estritamente policial, cabendo ao servidor, se for do seu interesse, manifestar-se sobre o assunto no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da cientificação, tendo em vista a garantia constitucional do contraditório e da ampla defesa; 3) juntar, na aba “Anexos e Observações” do SIRAC: (...); b) eventual comprovação do*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

*recolhimento previdenciário referente ao período de 16.12.98 (data de promulgação da EC nº 20/1998) até a respectiva reintegração do servidor no cargo, requisito necessário para que seja possível o cômputo, para fins de aposentadoria, do aludido interregno como tempo comum, nos termos do subitem “IV.a” da Decisão nº 6124/2014”.*

Após análise do cumprimento da diligência determinada, o Tribunal, por meio da Decisão nº 1.445/20 (peça 20), deliberou por:

*“I – ter por cumprida a Decisão nº 2733/2019; II – tomar conhecimento da defesa apresentada – assim como de memorial juntado aos autos - pelo interessado, para, no mérito, considerá-la improcedente; III – considerar ilegal a concessão em exame, por falta de requisito temporal, com recusa de registro, devendo a Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF, no prazo de 30 (trinta) dias, adotar as providências necessárias ao exato cumprimento da lei (art. 78, X, da LODF), entre elas a anulação, no SIRAC, do Ato nº 014177-4, o que será objeto de verificação em futura auditoria; IV – alertar a PCDF de que em futura concessão de nova aposentadoria voluntária ao servidor, o período entre a demissão e a respectiva reintegração, em que o interessado esteve afastado, poderá ser computado como tempo comum, em razão da comprovação do recolhimento previdenciário, mas não poderá ser computado como tempo estritamente policial, em face do disposto na LC nº 51/85; V – autorizar o arquivamento do feito.”*

Inconformado, o Sr. Wilson Ivo José interpôs, mediante representante legal, inicialmente, embargos declaratórios (peça 25) contra a aludida Decisão nº 1.445/20, os quais foram conhecidos, mas, no mérito, rejeitados, conforme a Decisão nº 2.400/20 (peça 29), e, posteriormente, adentrou com pedido de reexame (peça 34), o qual foi admitido pela Decisão nº 2.816/20, conferindo efeito suspensivo aos itens II e III da Decisão nº 1.445/20.

Ao analisar o mérito do pedido de reexame, o Núcleo de Recursos – Nurec, por meio da Informação n.º 162/2020-NUREC (peça 46), teceu as seguintes considerações:

*“6. Em cumprimento ao item II, alínea “c”, da Decisão nº 2816/2020 (Peça 38), procede-se ao exame de mérito do recurso interposto em face dos itens II e III da Decisão nº 1445/2020 (Peça 20).*

**Pedido de Reexame interposto pelo Sr. Wilson Ivo José (Peça 34)**

*7. Resumidamente, o recorrente afirma “que o caso presente se amolda ao decidido no processo (...) nº 1.359/2019<sup>1</sup>, sendo que a situação fática (demissão e reintegração aos quadros da PCDF) e a razão de pedir são idênticas para ambos processos”, tendo o Tribunal, naquele caso, considerado, como estritamente policial, o tempo de serviço compreendido entre a exoneração e posterior reintegração do servidor.*

*8. Além disso, o recorrente alerta que este processo não se assemelha ao de nº 9487/2009, haja vista que, “neste último, o servidor atingido pela decisão (Josafá*

<sup>1</sup> Representação oferecida por servidor público, integrante da Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF, requerendo manifestação do Tribunal acerca da possibilidade de cômputo do período em que esteve afastado, compreendido entre a exoneração e a respectiva reintegração, como tempo estritamente policial, para fins da aposentadoria especial de que trata a Lei Complementar n.º 51/1985. DECISÃO Nº 3973/2019 - O Tribunal (...) decidiu: I – ter por cumprida a Decisão n.º 1.252/2019 e o Memorando n.º 112/2019 – GAB/GCIM; II – ter por procedente a Representação em exame, **para considerar, como estritamente policial, o tempo de serviço de 31.12.2002 e 23.09.2003, correspondente ao lapso decorrente da exoneração e posterior reintegração do representante; (...).**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

Rodrigues Lopes; processo administrativo nº 052.000.316/2006), *quedou-se inerte e teve prescrita qualquer pretensão de discutir o mérito do mesmo, **E ELE, SOMENTE ELE, RESPONDE À ACP nº 2004.01.1.068027-6, que agora tramita no PJe sob o nº 0022056-19.2004.8.07.0001** (7ª Vara da Fazenda Pública do DF; trânsito em julgado em 26/10/2017), porém com segredo de justiça*”.

9. Ao pugnar pela inexistência de correlação entre o artigo 28 da Lei nº 8.112/1990<sup>2</sup> (direitos advindos da reintegração) e o fundamento constitucional da aposentadoria (artigo 40, §§ 3º e 4º, da CF, com a redação dada pela EC nº 41/2003), o recorrente junta cópia de documentação para o fim de comprovar ter sido “**ABSOLVIDO DE CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO**” (artigo 132, inciso I, da Lei nº 8.112/1990), mantida a demissão, no entanto, por insubordinação em serviço (inciso VI do mesmo diploma legal<sup>3</sup>; APC nº 51.584/1999; TJDF; Primeira Turma Cível), penalidade essa que, em sede de recurso administrativo (processo administrativo nº 24.506/2000), restou “declarada sem efeito” por ato do Governador do Distrito Federal (processo administrativo nº 052.001.503/2004; Diário Oficial do DF de 26/08/2005; Seção II, pg. 25).

10. Em consequência da absolvição “**DE TODAS AS ACUSAÇÕES QUE MOTIVARAM SUA DEMISSÃO**”, o recorrente afirma que “recebeu suas verbas remuneratórias retroativas e (que) também foram pagos os valores devidos à Previdência Oficial”.

11. No mérito, o recorrente pede a reforma da Decisão nº 1445/2020 (Peça 20), “no sentido de lhe ser conferida contagem de tempo estritamente policial, aquele compreendido entre sua demissão e sua readmissão”, além de ser permitida a sustentação oral, por ocasião da sessão de julgamento do recurso.

**Análise**

12. Este caso é de todo semelhante ao tratado no Processo nº 9117/2018, de interesse do servidor Marcelo Milagre Guimarães, no qual foi lançada a Informação nº 159/2020 – NUREC, a propósito de recurso interposto contra a Decisão nº 559/2020 (Peça 29 daqueles autos), envolvendo a mesma situação fático-jurídica ora relatada.

13. Assim, direto ao ponto, e em coerência com as conclusões e sugestões constantes da referida Informação nº 159/2020 – NUREC, registra-se que o Processo nº 29.646/2013 (Decisão nº 1033/2014<sup>4</sup>) cuidou apenas da reintegração administrativa do agente de polícia civil Josafá Rodrigues Lopes, enquanto a sua aposentadoria constituiu objeto dos autos de nº 9487/2009 (Decisão nº 6124/2014).

14. De sua parte, o servidor Wilson Ivo José, ora recorrente, integrou, na condição de processado, as apurações disciplinares conduzidas pela Polícia Civil do DF (processo administrativo nº 052.001.503/2004), juntamente com o servidor Marcelo Milagre Guimarães.

15. A esse respeito, o Ofício SEI - GDF nº 70/2019 - PCDF/DGPC/DGP/DIAP

<sup>2</sup> Art. 28. A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

<sup>3</sup> Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos: I - crime contra a administração pública; (...) VI - insubordinação grave em serviço;

<sup>4</sup> O Tribunal (...) decidiu: I. tomar conhecimento da reintegração de Josafá Rodrigues Lopes ao cargo de Agente de Polícia, da Polícia Civil do DF, conforme ato publicado no DODF de 31.12.06; II. autorizar o arquivamento dos autos e a devolução dos apensos à jurisdição.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

(Peça 17; Processo nº 9117/2018), tal qual a documentação anexada ao presente recurso, contém cópia dos atos que culminaram na revisão do Processo Disciplinar nº 17/1992 – CPD/PCDF, em benefício dos servidores Wilson Ivo José e Marcelo Milagre Guimarães, materializada no Decreto de 25/08/2005 (DODF nº 163, de 29/08/2005), por meio do qual o Governador do DF declarou “sem efeito a penalidade de demissão aplicada (aos interessados), reintegrando-os no cargo originário de Agente de Polícia”.

16. De acordo com o corpo técnico (Peça 15), “para que o servidor da Polícia Civil do DF usufrua das vantagens da Lei Complementar nº 51/85, é preciso que ele esteja no exercício das atribuições legais de seu cargo efetivo de natureza policial. Nesse sentido tem sido o posicionamento deste TCDF em casos análogos, a exemplo do Processo nº 9.487/2009, em que este Tribunal considerou ilegal a concessão, por falta de requisito temporal, além de alertar a PCDF de que o tempo compreendido entre a demissão e a respectiva reintegração não poderia ser computado como tempo estritamente policial, ex vi da Decisão nº 6.124/2014 (...)”.

17. Com efeito, ao tomar conhecimento do ato de reintegração do servidor Josafá Rodrigues Lopes (Processo nº 29.646/2013; Decisão nº 1033/2014), o Tribunal, no bojo do Processo nº 9487/2009 (Decisão nº 6124/2014), considerou “ilegal a concessão em exame (aposentadoria em cargo de natureza estritamente policial), por falta de requisito temporal, com recusa de registro”, fazendo expressa menção à necessidade de acompanhamento do desfecho da ACP nº 2004.01.1.068027-6, a qual alcançaria os servidores Wilson Ivo José, ora recorrente, e Marcelo Milagre Guimarães.

18. Em consequência, nestes autos e no de nº 9117/2018, o paradigma utilizado para análise da concessão foi o citado Processo nº 9487/2009, tendo em conta o aspecto de que as admissões e reintegrações nele tratadas decorrem do mesmo processo administrativo disciplinar.

19. Nestes autos, o i. Conselheiro - Relator, Paulo Tadeu, ao refutar as razões de defesa então apresentadas pelo interessado, destacou o fato de que “não se pode considerar como sendo tempo estritamente policial aquele no qual o agente não esteve submetido ao risco, mediato ou imediato, que justifica a adoção de critérios diferenciados para a aposentadoria do art. 40, § 4º, II, da Lei Maior. (...) Aliás, ressalvadas situações excepcionais, esse tem sido o norte orientador deste Tribunal para firmar o entendimento de que o período em que o servidor reintegrado esteve afastado não pode ser computado como tempo estritamente policial. Ademais, em regra de hermenêutica jurídica, onde há a mesma razão de ser, deve prevalecer a mesma razão de decidir (Ubi eadem legis ratio ibi eadem dispositivo)” (Voto – GCPT; Peça 19).

20. Nesse diapasão, o i. Relator ponderou “que se deve, em prol da estabilidade e de se manter a coerência das decisões desta Corte, aplicar ao caso ora em exame o mesmo tratamento conferido aos Srs. Josafá Rodrigues Lopes e Marcelo Milagre Guimarães nos autos dos Processos nº s 9487/2009 (Decisão nº 6124/2014) e 9117/2018 (Decisão nº 559/2020), respectivamente, seja pela similaridade das circunstâncias fáticas, seja pela perfeita aplicabilidade da ratio decidendi dos aludidos precedentes à situação sub examine” (Voto – GCPT; Peça 19).

21. Demais, o i. Conselheiro Paulo Tadeu ressaltou “que os aludidos servidores, bem como o Sr. Wilson Ivo José, de cuja aposentadoria se cuida, foram demitidos e reintegrados em decorrência do mesmo processo administrativo disciplinar. No





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

mais, nos autos do Processo nº 1359/2019 (Decisão nº 3973/2019), o Relator, o ilustre Cons. Inácio Magalhães Filho, com a clareza que lhe é peculiar, bem distinguiu aquele caso sob apreciação e os paradigmas citados no parágrafo precedente, demonstrando as peculiaridades do caso concreto que impuseram a adoção de solução distinta, o que não é o caso do interessado destes autos” (Voto – GCPT; Peça 19).

22. Em consequência, ao não vislumbrar “elementos objetivos que permitam aplicar o precedente do sobredito processo a este feito”, o i. Conselheiro considerou que “o alegado erro da administração não pode servir de pretexto para a perpetuação da situação irregular vivenciada pelo defendente” (Voto – GCPT; Peça 19).

23. Em face desses fundamentos, é de todo pertinente observar que os fundamentos da Decisão nº 3973/2019 (Processo nº 1359/2019; Voto – GCIM; eDOC 848002EA) contemplam o fato de que “a decisão judicial favorável ao representante se deu, segundo o Acórdão 185.146 (Proc. 20030020015924/MSG), para ‘anular o ato demissório, com a consequente reintegração do impetrante na função’. Ora, se houve anulação ao ato de demissão do representante, ocorreu na espécie efeitos ex tunc, devolvendo o interessado ao status quo ante, com todos os direitos daí decorrentes. (...) Tanto isso é verdade, que o Poder Judiciário devolveu ao impetrante do referido writ o direito ao ressarcimento das vantagens inerentes ao período em que ficara indevidamente afastado de suas funções na PCDF”.

24. Naquela oportunidade, o i. Conselheiro Inácio Magalhães Filho ressaltou que “o fato de o TJDF não se ter pronunciado acerca do tempo estritamente policial, não retira do representante tal direito, uma vez que inerente ao seu retorno à situação anterior. De fato, se as verbas remuneratórias lhe foram devidamente ressarcidas, embora não tenha efetivamente trabalhado, é porque tal procedimento foi decorrência da anulação do ato demissório. Natural que o mesmo ocorra com o tempo estritamente policial, o qual, embora realmente não exercido, não guarda diferenciação, nesse caso específico, nenhuma com o “tempo comum” que foi reconhecido ao representante. Não faz sentido conceber o direito advindo da decisão judicial para tempo comum e não para tempo especial (estritamente policial), uma vez que a situação fática é a mesma, qual seja, a exoneração indevida, a falta de trabalho por decisão ilegal da PCDF e o retorno ao serviço ativo na condição em que se encontrava quando da edição do ato demissório posteriormente anulado. Logo, ubi eadem ratio ibi eadem legis dispositivo” (Processo nº 1359/2019; Voto – GCIM; e-DOC 848002EA).

25. Por conseguinte, o i. Conselheiro Inácio Magalhães Filho concluiu, naquele caso (Processo nº 1359/2019), que o precedente da Decisão nº 6124/2014 não é aplicável, haja vista que “não houve a absolvição do interessado, como no caso presente (Processo nº 1359/2019), mas tão-somente a reintegração, uma vez que na decisão judicial não fora determinada a perda da função pública” (Processo nº 1359/2019; Voto – GCIM; e-DOC 848002EA).

26. Tal conclusão não merece reparos.

27. Logo, a fim de se desincumbir da análise do presente recurso, cabe a este Núcleo, de posse dos fundamentos da Decisão nº 3973/2019 (Processo nº 1359/2019; Voto – GCIM; e-DOC 848002EA), reconhecer razão ao i. Conselheiro, Inácio Magalhães Filho, no ponto em que defende que “a utilização de precedente deve conformar-se não apenas com o teor decisório, mas também com todos os



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

*elementos que o compõem, segundo entendimento mantido pelo STJ<sup>5</sup> (Processo nº 1359/2019; Voto – GCIM; e-DOC 848002EA).*

*28. Contudo, no caso destes autos, assim como no de nº 9117/2018, embora não se observe uma adequação completa ao precedente do Processo nº 1359/2019, dada a inexistência de similitude fática e jurídica, há que admitir que a “leitura dos contornos fáticos e jurídicos das situações em comparação”, tal como referenciado pelo i. Conselheiro Inácio Magalhães Filho, deve levar em consideração, num primeiro momento, o desfecho da ACP nº 51.584/1999 (1ª Turma Cível – TJDFT), na qual se constata que o recorrente, Wilson Ivo José, foi absolvido do crime contra a administração pública, uma vez que o “MM. Juiz entendeu que a demissão pela prática de crime, ante a inexistência de prova da condenação penal dos autores, seria nula. No entanto, pelo fundamento remanescente, ou seja, a insubordinação grave em serviço, a demissão deveria prevalecer, eis que a conduta dos autores, na apreensão e condução das diligências descritas no inquérito disciplinar, (caracteriza) irregularidade administrativa”.*

*29. Observe-se que, ao tempo da prolação do Acórdão nº 117.155 (ACP nº 51.584/1999), ao se debruçar sobre a negativa de reintegração administrativa, então pleiteada pelo servidor Wilson Ivo José, ora recorrente, o Tribunal de Justiça do DF ressaltou que a “injustiça da demissão, nada obstante incontroversos os fatos onde a mesma se assenta, traduz pretensão que extrapola o exame jurídico, que se limita ao exame da legalidade do ato administrativo”.*

*30. A respeito do reexame do referido ato, já na esfera administrativa, tem-se que a penalidade residual (demissão por insubordinação grave em serviço) aplicada ao recorrente, Wilson Ivo José, foi declarada sem efeito, por ato do Governador do DF, resultando na reintegração do interessado ao cargo originário de Agente de Polícia (processo administrativo nº 052.001.503/2004).*

*31. Ao ver deste NUREC, o ato do Poder Executivo distrital que declarou sem efeito a penalidade de demissão assemelha-se - ou produz o mesmo resultado - à absolvição judicial do crime praticado contra a administração pública, haja vista devolver ao interessado o “status quo ante”, decorrente de sua reintegração ao serviço público, com efeitos ex tunc.*

*32. Sem a pretensão de adentrar o mérito da condenação do interessado, bem assim de sua absolvição, há que reconhecer que o ato administrativo ao qual se referiu o TJDFT – negativa de reintegração baseada na subsistência da penalidade de insubordinação grave em serviço – foi posteriormente revisto pela instância ordinária, Poder Executivo distrital, que declarou sem efeito a sanção imposta.*

*33. Neste caso, extintos os efeitos da penalidade de demissão por insubordinação grave em serviço, o recorrente, Wilson Ivo José, já reintegrado, “recebeu suas verbas remuneratórias retroativas e, também, foram pagos os valores devidos à Previdência Oficial”, dada a restituição do tempo de afastamento como se trabalhando estivesse.*

---

<sup>5</sup> STJ - REsp: 1767882 SP 2018/0243253-9, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Publicação: DJ 16/11/2018: “A aplicação de tese firmada em sede de recuso repetitivo a uma outra hipótese não é automática, devendo ser fruto de uma leitura dos contornos fáticos e jurídicos das situações em comparação pela qual se verifica se a hipótese em julgamento é análoga ou não ao paradigma. Dessa forma, para a aplicação de um precedente, é imperioso que exista similitude fática e jurídica entre a situação em análise com o precedente que visa aplicar. A jurisprudência deste STJ aplica a técnica da distinção (distinguishing), a fim de reputar se determinada situação é análoga ou não a determinado precedente.”



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

34. Assim, evidencia-se a retroação dos efeitos decorrentes da anulação da penalidade de demissão, a teor do disposto no artigo 36, caput, da Lei Complementar nº 840/2011.

35. Nesse ponto, com as vênias de estilo, observa-se a semelhança do presente caso com o precedente do Processo nº 1359/2019 (Mandado de Segurança nº 2003.00.2.001592-4), vez que, no paradigma aventado, o Poder Judiciário, embora não tenha feito expressa menção ao direito à contagem, como estritamente policial, do período decorrido entre as datas de demissão e de reintegração, restituiu o interessado ao “status quo ante”, ao anular, com efeitos “ex tunc”, o ato de demissão, com o consequente ressarcimento das vantagens inerentes ao tempo em que permanecera afastado das funções policiais.

36. De fato, com os devidos contornos, a jurisprudência do Tribunal de Justiça do DF, abaixo transcrita, sustenta essa conclusão:

(...)

37. Demais, observa-se que o servidor Wilson Ivo José não integra, na condição de réu, a ACP nº 2004.01.1.068027-6, fato comprovado pela Certidão Negativa de Distribuição (Especial – Ações Cíveis e Criminais) 1ª e 2ª Instâncias, expedida pelo TJDF, bem assim pela Certidão de Distribuição para fins gerais (Processos originários cíveis e criminais), expedida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, ambas datadas de 07/07/2020.

38. Em virtude dessas constatações, entende-se assistir razão ao recorrente, ao requerer o reexame da Decisão nº 1445/2020 (Peça 20), com o objetivo de computar o tempo de afastamento, compreendido entre as datas de demissão e reintegração – 30/11/1992 a 04/09/2005 –, como estritamente policial, de modo a viabilizar a pretendida aposentadoria.

**Conclusão**

39. Destarte, à luz de toda a argumentação acima deduzida, e respeitados os entendimentos contrários, conclui-se pelo provimento ao Pedido de Reexame interposto em face dos itens II e III da Decisão nº 1445/2020 (Peça 20), a fim de considerar o período compreendido entre a demissão e a reintegração do servidor Wilson Ivo José – 30/11/1992 a 04/09/2005 – como tempo estritamente policial.

40. Em acréscimo, pode a Corte deferir a produção de sustentação oral quando do julgamento do feito, caso ainda haja interesse do recorrente (artigo 136 do RI/TCDF)."

Diante do exposto, sugeriu ao egrégio Plenário:

"I. tomar conhecimento da Informação nº 162/2020 – NUREC;

II. no mérito, dar provimento ao Pedido de Reexame interposto em face dos itens II e III da Decisão nº 1445/2020, com a finalidade de considerar o período compreendido entre a demissão e a reintegração do servidor Wilson Ivo José – 30/11/1992 a 04/09/2005 – como tempo estritamente policial;

III. deliberar acerca do pedido de sustentação oral deduzido pelo subscritor da Peça 34 (artigo 136 do RI/TCDF);

IV. autorizar:

a) o conhecimento do teor da decisão que vier a ser proferida ao recorrente, na pessoa do representante legal deste;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

*b) o envio ao Núcleo de Recursos de cópia dessa decisão, como forma de viabilizar os correspondentes registros;*

*c) o retorno dos autos à SEFIPE, para as devidas providências”.*

O Ministério Público junto ao TCDF, mediante o Parecer n.º 1.016/2020-G3P (peça 50), da lavra do Procurador Demóstenes Tres Albuquerque, aquiesceu à análise e às sugestões da Unidade Técnica.

Nesse íterim, ingressaram nesta Casa pedidos de cópia parcial dos autos (peças 52 e 54), os quais foram deferidos mediante o Despacho Singular nº 5/2021-GCMA (peça 55), bem como um comunicado do representante do recorrente, informando a desistência de realizar a sustentação oral solicitada (peça 57).

É o relatório.

**VOTO**

Tratam os autos da aposentadoria do servidor Wilson Ivo José, matrícula n.º 27.612-X, no cargo de Agente de Polícia, Classe Especial, nos termos do art. 40, §§3º e 4º, da CRFB, com redação da EC n.º 20/98, c/c os arts. 1º, inciso II, a, da LC n.º 51/85, e 3º e 7º da EC n.º 41/03, conforme ato publicado no DODF de 06.01.15.

O nominado servidor foi demitido em 30.11.92, ato esse tornado sem efeito em 26.08.05, com posterior reintegração em 04.09.05.

Em fase anterior, verificou-se que o tempo decorrido entre a demissão e a reintegração – 30.11.92 a 04.09.05 – foi computado pela jurisdicionada para todos os efeitos (incluindo adicional por tempo de serviço e tempo de atividade estritamente policial), contrariamente ao decidido no Processo n.º 9.487/09 (Decisão n.º 6.124/14), oportunidade em que o Tribunal determinou à PCDF:

*“(...) 2) cientificar o interessado de que, conforme entendimento deste Tribunal consubstanciado no subitem “IV.b” da Decisão nº 6124/2014, o período em que o servidor esteve afastado, compreendido entre a demissão e a respectiva reintegração, não poderá ser computado como tempo estritamente policial, cabendo ao servidor, se for do seu interesse, manifestar-se sobre o assunto no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da cientificação, tendo em vista a garantia constitucional do contraditório e da ampla defesa; 3) juntar, na aba “Anexos e Observações” do SIRAC: (...); b) eventual comprovação do recolhimento previdenciário referente ao período de 16.12.98 (data de promulgação da EC nº 20/1998) até a respectiva reintegração do servidor no cargo, requisito necessário para que seja possível o cômputo, para fins de aposentadoria, do aludido interregno como tempo comum, nos termos do subitem “IV.a” da Decisão nº 6124/2014”.*

Após análise do cumprimento da diligência determinada, o Tribunal, por meio da Decisão nº 1.445/20 (peça 20), deliberou por:

*“I – ter por cumprida a Decisão nº 2733/2019; II – tomar conhecimento da defesa apresentada – assim como de memorial juntado aos autos - pelo interessado, para, no mérito, considerá-la improcedente; III – considerar ilegal a concessão em*





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

*exame, por falta de requisito temporal, com recusa de registro, devendo a Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF, no prazo de 30 (trinta) dias, adotar as providências necessárias ao exato cumprimento da lei (art. 78, X, da LODF), entre elas a anulação, no SIRAC, do Ato nº 014177-4, o que será objeto de verificação em futura auditoria; IV – alertar a PCDF de que em futura concessão de nova aposentadoria voluntária ao servidor, o período entre a demissão e a respectiva reintegração, em que o interessado esteve afastado, poderá ser computado como tempo comum, em razão da comprovação do recolhimento previdenciário, mas não poderá ser computado como tempo estritamente policial, em face do disposto na LC nº 51/85; V – autorizar o arquivamento do feito.”*

Inconformado, o Sr. Wilson Ivo José interpôs, mediante representante legal, inicialmente, embargos declaratórios (peça 25) contra a aludida Decisão nº 1.445/20, os quais foram conhecidos, mas, no mérito, rejeitados, conforme a Decisão nº 2.400/20 (peça 29), e, posteriormente, adentrou com pedido de reexame (peça 34), o qual foi admitido pela Decisão nº 2.816/20, conferindo efeito suspensivo aos itens II e III da Decisão nº 1.445/20.

Sinteticamente, para sustentar a reforma da Decisão n.º 1.445/20, “no sentido de *lhe ser conferida contagem de tempo estritamente policial, aquele compreendido entre sua demissão e sua readmissão*”, o recorrente disse que o caso presente se amolda ao decidido no Processo n.º 1.359/19, no qual o Tribunal considerou como estritamente policial o tempo de serviço correspondente ao lapso decorrente da demissão e posterior reintegração do representante.

Após tecer considerações visando afastar o paradigma contrário, objeto do Processo n.º 9.487/09, afirmou que a decisão proferida na Ação Civil Pública n.º 2004.01.1.068027-6 (7ª VFPDF, PJe n.º 0022056-19.2004.8.07.00019) não envolve o seu nome.

Acrescentou que inexistente correlação entre o art. 28 da Lei n.º 8.112/90 (diretos advindos da reintegração) e o fundamento constitucional da aposentadoria (art. 40, §§ 3º e 4º, da CF, com a redação dada pela EC n.º 41/03), pontuando que foi absolvido da acusação de crime contra a Administração, previsto no art. 132, inciso I, da Lei n.º 8.112/90. Nessa direção, averbou que, embora mantida a demissão por insubordinação em serviço, com supedâneo no inciso VI do mesmo diploma legal (APC n.º 51.584/99), tal penalidade, em sede de recurso administrativo (Processo Administrativo n.º 24.506/00), restou declarada sem efeito por ato do Governador do DF (Processo Administrativo n.º 052.001.503/04).

Por fim, salientou que “*recebeu suas verbas remuneratórias retroativas e também foram pagos os valores devidos à Previdência Oficial*”, solicitando a realização de sustentação oral.

Mais adiante, comunicou ao Tribunal a desistência da realização da sustentação oral (peça 57), cabendo a esta Corte conhecê-la.

O Núcleo de Recursos/Segecex/TCDF – Nurec sugeriu o provimento do recurso, no que foi acompanhado pelo Ministério Público.

Concordo com a análise realizada pela Unidade Técnica, corroborada pelo Órgão Ministerial, adotando-a como razão de decidir, e acolho as sugestões efetuadas, sem prejuízo de reforçar alguns dos argumentos lançados.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

Em primeiro lugar, o provimento do recurso está esteado no fato de o presente caso se assemelhar com o precedente do Processo n.º 1.359/19, no qual, em decorrência de absolvição perante o Poder Judiciário, esta Corte deliberou pela legalidade da contagem de tempo estritamente policial do período compreendido entre a demissão e a reintegração do servidor.

Lembre-se que o paradigma utilizado neste feito, que resultou na ilegalidade da concessão da aposentadoria do Sr. Wilson Ivo José (Decisão n.º 1.445/20), foi o do já referido Processo n.º 9.487/09 e o do Processo n.º 9.117/18, basicamente porque: a) as demissões e reintegrações dos servidores neles tratadas (Srs. Josafá Rodrigues Lopes e Marcelo Milagre Guimarães, respectivamente) decorrem do mesmo processo administrativo movido pela PCDF, de que fez parte o recorrente; b) deve ser aplicado ao presente caso o mesmo tratamento conferido àqueles servidores, pela similaridade das circunstâncias fáticas deles com a do Sr. Wilson; c) o presente caso não se assemelha com o versado no Processo n.º 1.359/19, em que o Tribunal, mediante a Decisão n.º 3.973/19, considerou regular, em decorrência da anulação do ato de demissão do interessado e da sua consequente reintegração, a contagem de tempo estritamente policial do período compreendido entre sua demissão e reintegração.

Todavia, o recorrente compôs o mencionado processo administrativo juntamente apenas com o Sr. Marcelo (052.001.503/04), e não com o Sr. Josafá (052.000.316/06), e não respondeu à ACP n.º 2004.01.1.068027-6, indicada na Decisão n.º 6.124/14, do Processo n.º 9.487/09, que considerou ilegal a aposentadoria do Sr. Josafá, conforme certidões emitidas pelo TJDF, em 07.07.20.

Ademais, relativamente ao último motivo apontado, para que a aposentadoria do Sr. Wilson também seja tida por ilegal, porque não seria semelhante ao caso do Processo n.º 1.359/19, tenho que cabe ser utilizado como precedente para o caso em exame, reiterando-se, pois, o primeiro fundamento lançado anteriormente, para que o recurso seja provido.

Retomando, nas peças constantes do Processo n.º 1.359/19, consta informação de que foi prolatada decisão judicial favorável ao interessado para anular o seu ato demissório, com a consequente reintegração na função, e, portanto, com efeitos *“ex tunc”*, devolvendo-lhe o *“status quo ante”*, com todos os direitos daí decorrentes.

Assim, uma vez que na situação em apreço o servidor Wilson Ivo José foi absolvido na esfera judicial do crime contra a administração pública (ACP n.º 51.584/99 – 1ª Turma Cível/TJDF), porém, sem que lhe fosse concedida a reintegração no cargo, então pleiteada, em decorrência da penalidade administrativa residual (demissão por insubordinação grave em serviço), a qual foi posteriormente tornada sem efeito pelo Governador do DF, não haveria uma adequação completa deste caso com aquele precedente.

Contudo, mesmo que não se observe uma adequação completa com o precedente do Processo n.º 1.359/19, uma vez que, relativamente ao recorrente, não houve decisão judicial determinando sua reintegração, há de se convir que a leitura dos contornos fáticos e jurídicos das situações em comparação deve levar em consideração que, no desfecho da citada ação judicial, o recorrente foi absolvido do crime contra a Administração Pública.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

Nesse ponto, não se pode esquecer que, relativamente ao Acórdão n.º 117.155, prolatado na referida ACP n.º 51.584/99, o TJDF, ao se debruçar sobre a negativa de reintegração administrativa pleiteada pelo servidor Wilson Ivo José, ressaltou que a *“injustiça da demissão, nada obstante incontroversos os fatos onde a mesma se assenta, traduz pretensão que extrapola o exame jurídico, que se limita ao exame da legalidade do ato administrativo”*.

Ou seja, cingindo-se a discussão à definição da justiça (ou injustiça) e proporcionalidade da demissão, fundada naquele momento tão somente na prática de insubordinação grave em serviço, a esfera de discussão seria a administrativa, sob pena de o Poder Judiciário se imiscuir no mérito do ato administrativo.

Deslocada a discussão do ato referido pelo TJDF ao crivo do Governador do DF, a penalidade residual (repita-se, demissão por insubordinação grave em serviço) foi declarada sem efeito, resultando na reintegração ao cargo originário de Agente de Polícia, de forma que não merece qualquer reparo a conclusão da Unidade Técnica de que *“o ato do Poder Executivo distrital que declarou sem efeito a penalidade de demissão assemelha-se – ou produz o mesmo resultado – à absolvição judicial do crime praticado contra a administração pública, haja vista devolver ao interessado o ‘status quo ante’”*.

Com efeito, o ato de reintegração do ora recorrente, publicado no DODF de 26.08.05, possui a seguinte redação;

*“ACOLHER o Relatório da Comissão de Revisão de Processo Administrativo de fis. 112/126 (Processo nº 052.001.503/2004) e, nos termos do artigo 28 c/c com 182 da Lei 8112/90, **declarar sem efeito a penalidade de demissão aplicada a WILSON IVO JOSE e MARCELO MILAGRE GUIMARÃES**, reintegrando-os no cargo originário de Agente de Polícia.”* (Grifei)

Observe que além de a reintegração ter sido fundada no art. 28 da Lei n.º 8.112/90, que confere ao servidor reintegrado todos os direitos, por processo administrativo ou judicial, há também o amparo do art. 182 da mesma lei, no qual é reafirmado o restabelecimento do *“status quo ante”*, uma vez declarada sem efeito a penalidade aplicada, hipótese dos autos. Veja-se:

*“Art. 28. A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.”*

*“Art. 182. Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do servidor, exceto em relação à destituição do cargo em comissão, que será convertida em exoneração.”*

Portanto, considerando que o ato administrativo ao qual se referiu o TJDF (demissão por insubordinação grave em serviço) teve os seus **efeitos extintos** posteriormente, o servidor Wilson Ivo José recolheu todas as verbas previdenciárias, sendo-lhe restituído o tempo de afastamento como se trabalhando estivesse, o que resulta na conclusão de que na prática houve uma retroação dos efeitos decorrentes da anulação da penalidade de demissão.

Em apoio a essa conclusão, vejam-se os seguintes julgados colacionados pelo Nurec:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

“Órgão 1ª Turma Cível

Processo Nº APELAÇÃO 0706325-31.2017.8.07.0018 (...)

**APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. EXONERAÇÃO E POSTERIOR REINTEGRAÇÃO. PAGAMENTO DOS REFLEXOS FINANCEIROS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. (...). 2. A desconformidade com a Lei atinge o ato em sua origem, e consequentemente, a sua nulidade produzirá efeitos retroativos (ex tunc) à data em que foi emitido, retornando as partes ao status quo ante, como resultado natural da decisão que declarou a ilegalidade do ato administrativo. 3. O STJ tem posição tranquila no sentido de que se o ato administrativo que excluiu o servidor do cargo que ocupava foi anulado, deverá ser reintegrado ao cargo que havia sido nomeado e empossado, retornando à sua atividade, fazendo jus aos valores a que teria direito se não houvesse sido afastado do serviço público. 4. A reintegração é a forma jurídico-administrativa adequada para a reinvestidura no cargo anteriormente ocupado, nos termos do Art. 36 da Lei Complementar Distrital n. 840/2011, devendo, por analogia, ser aplicado ao caso em questão, ou seja, de ilegalidade do ato exoneratório que anulou a nomeação e a posse do servidor público, não se restringindo apenas à demissão. Desta forma, o consequente da norma, também deve ser aplicado, qual seja o de “restabelecimento dos direitos que deixou de auferir no período em que esteve demitido”. 5. Apelação Provida.**

.....

Órgão: 5ª TURMA CÍVEL

Classe: APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO

Nº Processo: 20130110311690APO (0001630-17.2013.8.07.0018) (...)

**APELAÇÃO E REMESSA NECESSÁRIA. FAZENDA PÚBLICA. PRELIMINAR DE NULIDADE PARCIAL DA SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. REJEIÇÃO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. REINTEGRAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO. RESSARCIMENTO DE TODAS AS VANTAGENS. CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO. EFEITOS PRETÉRITOS. DETERMINAÇÃO LEGAL. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. ÍNDICES APLICÁVEIS. ARTIGO 1º-F DA LEI FEDERAL 9.494/1997. RECURSOS REPETITIVOS. (...). 2. Invalidada a demissão e havendo recusa, por parte da Administração, em reconhecer os efeitos pretéritos decorrentes da reintegração de servidor público, o interessado tem o prazo prescricional de 5 (cinco) anos, previsto no Decreto 20.910/1932 (art. 1º), para socorrer-se à via judicial objetivando discutir eventuais direitos que deixou de auferir no período em que esteve afastado. Tratando-se de obrigação de trato sucessivo, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação, conforme enunciado da Súmula 85 do Superior Tribunal de Justiça. (...). 4. Por expressa determinação legal, invalidada a demissão o servidor público deve ser reintegrado ao cargo anteriormente ocupado, com ressarcimento de todas as vantagens e direitos a que fazia jus durante o período em que ficou impossibilitado de trabalhar. Precedentes.**

.....

Órgão 4ª Turma Cível

Processo Nº AGRAVO DE INSTRUMENTO 0709245-32.2017.8.07.0000 (...)

**DIREITO ADMINISTRATIVO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. SERVIDOR PÚBLICO. DEMISSÃO. INVALIDAÇÃO. REINTEGRAÇÃO NO CARGO. INDENIZAÇÃO. AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO. INCLUSÃO DEVIDA. I. Reintegração é**





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

o ato através do qual o servidor estável demitido retorna ao cargo de origem após ter sua demissão invalidada judicial ou administrativamente, a teor do que dispõem o artigo 41, § 2º, o artigo 28 da Lei 8.112/1990 e o artigo 36 da Lei Complementar Distrital 840/2011. II. Operando efeitos *ex tunc*, a reintegração tem como consectário o ressarcimento de todos os prejuízos remuneratórios sofridos pelo servidor. III. De acordo os artigos 36 e 165, inciso VII, da Lei Complementar Distrital 840/2011, **o lapso entre a demissão e a reintegração é considerado como de efetivo exercício, fazendo jus o servidor reintegrado “a todos os direitos que deixou de auferir no período em que esteve demitido”**, dentre os quais o auxílio-alimentação, a despeito do seu caráter indenizatório. IV. Recurso conhecido e desprovido.

.....

Órgão: Quinta Turma Cível

Classe: APC – Apelação Cível

Nº Processo: 44351/97 (...)

**DIREITO ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. POLICIAL CIVIL DEMITIDO POR PORTARIA ASSINADA PELO SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA. ATO PRIVATIVO DO GOVERNADOR. INCONSTITUCIONALIDADE DA DELEGAÇÃO PROCLAMADA PELA CORTE ESPECIAL. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO DE REINTEGRAÇÃO NO CARGO PÚBLICO COM RECEBIMENTO DE TODOS OS VENCIMENTOS E PROMOÇÕES. EFEITO EX TUNC. TUTELA ANTECIPADA DESNECESSÁRIA. 1. A declaração de inconstitucionalidade do ato administrativo que demitiu o servidor público, em incidente de inconstitucionalidade (CPC, arts. 480/481), pela Corte Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (CF, 97), por ofensa ao princípio da indelegabilidade, repercute no mérito da ação de reintegração no cargo público ajuizada pelo servidor afastado, com direito a recebimento de todas as vantagens pessoais atrasadas, devidamente atualizadas e sujeitas a juros de mora a partir da citação, correção monetária e promoções em igualdade de condições com os demais servidores de seu nível, em razão do efeito *ex tunc* daquela decisão. 2. Nessas condições, desnecessária a concessão de tutela antecipada para a reintegração do servidor após o reconhecimento da nulidade de sua demissão, haja vista que a declaração de inconstitucionalidade, transita em julgado, opera efeitos concretos imediatos, requerendo meras providências administrativas. E, por outro lado, não se há de falar em antecipação de tutela contra a Fazenda Pública para efeito de pagamentos dos vencimentos atrasados, uma vez que é imperativa a observância do Processo de Execução (CPC, art. 730). 3. Apelo provido, declarada a procedência do pedido com os respectivos consectários”. (Grifos acrescentados)**

Nessa linha de raciocínio, cabe reportar que, no MS n.º 2003.00.2.001592-4 (Processo n.º 1.359/19), embora o TJDF não tenha feito expressa menção ao direito à contagem, como estritamente policial, do período decorrido entre as datas de demissão e de reintegração, restituiu ao interessado, tratado naquele feito, o “*status quo ante*”, ao anular, com efeitos “*ex tunc*”, o ato de demissão, com o consequente ressarcimento das vantagens inerentes ao tempo em que permanecera afastado das funções policiais.

Vê-se, então, ante as particularidades descortinadas alhures, que há semelhança do caso concreto com o precedente do Processo n.º 1.359/19.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

Continuando, em segundo, e último lugar, destaco, principalmente, que o presente caso é de todo semelhante ao tratado no Processo nº 9.117/18, de interesse do servidor Marcelo Milagre Guimarães, por envolver a mesma situação fático-jurídica desse senhor, cabendo a aplicação, portanto, neste feito, do mesmo entendimento adotado pelo Tribunal quando, na apreciação do recurso interposto por aquele servidor contra a Decisão nº 559/20, que considerou ilegal sua concessão de aposentadoria, decidiu dar provimento ao mesmo, acolhendo voto proferido por mim (Decisão nº 5.397/20).

Assim, convicto da adequação do presente caso à situação retratada no Processo n.º 1.359/19 (Decisão n.º 3.973/19) e, especialmente, no Processo nº 9.117/18 (Decisão nº 5.397/20), tenho que a Corte deve, no mérito, dar provimento ao pedido de reexame interposto em face dos itens II e III da Decisão nº 1.445/20, com a finalidade de considerar o período compreendido entre a demissão e a reintegração do ora recorrente como tempo estritamente policial.

Diante do exposto, acompanhando os termos da instrução e do parecer ministerial, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I – tome conhecimento da Informação nº 162/2020 – NUREC, bem como do documento encaminhado pelo recorrente, juntado à peça 57, comunicando a desistência de realizar a sustentação oral;

II – no mérito, dê provimento ao pedido de reexame interposto em face dos itens II e III da Decisão nº 1.445/2020, com a finalidade de considerar o período compreendido entre a demissão e a reintegração do servidor Wilson Ivo José (30.11.92 a 04.09.05) como tempo estritamente policial;

III – autorize:

a) a ciência desta decisão ao recorrente, na pessoa do seu representante legal;

b) o envio ao Núcleo de Recursos/Segecex/TCDF – Nurec de cópia desta decisão, como forma de viabilizar os correspondentes registros;

c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal/TCDF – Sefipe, para as devidas providências”.

Brasília, em 24 de fevereiro de 2021.

**MANOEL DE ANDRADE**  
**Relator**